

Memórias Reveladas: a atuação do arquivista em redes de arquivos históricos

Maíra Salles de Souza Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4151-7690>
maira_salles@yahoo.com.br

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3835-2883>
isasousa2010@hotmail.com

Sérgio Franklin Ribeiro da Silva Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1313-617X>
srfranklin@gmail.com

Resumo Este artigo situa-se no âmbito dos estudos sobre o arquivista em ambientes digitais, propondo analisar a sua atuação em redes de arquivos históricos na internet, a partir do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, conhecido como Memórias Reveladas, atendendo ao novo perfil profissional para lidar com a tecnologia da informação e a difusão arquivística. Objetiva especificamente descrever a rede de arquivo histórico na internet; identificar as atividades técnicas e/ou funções arquivísticas desenvolvidas nas Memórias Reveladas; e identificar competências essenciais da formação do arquivista para o ambiente digital. Justifica-se por discutir as competências a serem desenvolvidas nas instituições de ensino superior, sobretudo para ressaltar a utilização dos dispositivos tecnológicos nos cursos de Arquivologia, possibilitando o acesso e uso de informações arquivísticas. Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, sendo um estudo de caso, em que se utilizou a abordagem qualitativa para análise dos dados. Conclui-se que a Rede pode servir como campo de aplicação das práticas profissionais e pedagógicas, aproximando o egresso do curso de Arquivologia das necessidades do mercado de trabalho, pois surgem como novas formas de aquisição do conhecimento, promovendo o acesso livre e a democratização da informação.

Palavras-chave Formação do arquivista. Redes de arquivos históricos. Memórias Reveladas. Ditadura militar.

Memórias Reveladas: the performance of the archivist in historical archive networks

Abstract This article is within the scope of studies on the archivist in digital environments, proposing to analyze the performance in historical archive networks on the internet, from the Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, known as Memórias Reveladas, given the new professional profile to deal with information technology and archival diffusion. It specifically aims to describe the historical archive network on the internet; identify the technical activities and/or archival functions developed in the Memórias Reveladas; and identify essential skills for archivist training to work in the digital environment. It is justified by discussing the competencies to be developed in higher education institutions, especially to emphasize the use of new technological devices in archival courses, enabling access and use of archival information. It is a descriptive and documentary research, being a case study, in which a qualitative approach was used for data analysis. It is concluded that the Network can serve as a field of application of professional and pedagogical practices, bringing the egress of the Archival Science course closer to the needs of the labor market, as they emerge as new ways of acquiring knowledge, promoting free access and democratization of information.

Keywords Archivist formation. Historical archive networks. Memórias Reveladas. Military dictatorship.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 02/11/2021
Aprovado em 06/05/2022
Publicado em 19/07/2022

1 INTRODUÇÃO

No contexto digital, direcionado para dados abertos e acesso à informação, a formação do arquivista para atuação em redes de arquivos históricos na internet apresenta-se como uma nova perspectiva para o futuro da profissão. Nesse contexto, a expansão da Arquivologia na atividade prática e no campo científico propõe soluções para o objeto de estudo, a informação arquivística, acompanhando as transformações sociais. Assim, as redes de informação entre instituições arquivísticas permitem a integração do arquivo físico e virtual e são vistas como laboratórios na aplicação da teoria arquivística, exigindo do arquivista habilidades e competências específicas, tratadas nos cursos de bacharelado em Arquivologia.

Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar a atuação do arquivista em redes de arquivos históricos na internet, a partir do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (Memórias Reveladas), atendendo ao novo perfil profissional para lidar com a tecnologia da informação e da comunicação (TIC). Objetiva especificamente descrever a rede de arquivo histórico na internet; identificar as atividades técnicas e/ou funções arquivísticas desenvolvidas nas Memórias Reveladas; e identificar competências essenciais da formação do arquivista para atuar no ambiente digital.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, sendo um estudo de caso realizado no Memórias Reveladas, com abordagem qualitativa, observando a prática do arquivista na construção dessa rede e como o usuário pode buscar e acessar a informação arquivística sobre a ditadura militar brasileira. Salienta-se que esse período no país foi marcado por censura e destruição de fontes que dificultam a reconstrução histórica.

As fontes primárias são preservadas e disponibilizadas nos arquivos históricos que, a partir da implantação das redes de informação, facilitam o acesso. Os arquivos históricos representam espaços para discutir a prática profissional, enfatizando ações colaborativas entre os diversos membros (instituições arquivísticas e sujeitos). Assim, de acordo com Burnham (2000), a sociedade da aprendizagem visa à compreensão da relação multirreferencial para lidar com os espaços formativos e romper com as formas tradicionais de educação, a exemplo das unidades de informação (arquivos, bibliotecas e museus).

Desse modo, este trabalho justifica-se por discutir as competências a serem desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo para ressaltar a utilização de novos dispositivos tecnológicos nos cursos de Arquivologia, seja por uma necessidade do mercado de trabalho, quanto por um recurso pedagógico. As diversas formas de acesso à informação e a construção do

conhecimento possibilitam espaços multirreferenciais de aprendizagem, que são aqueles onde as interações se processam, permitindo aos indivíduos e coletivos sociais ensinar e aprender (BURNHAM, 2000).

Ao trabalhar as redes de informação, os egressos dos cursos de Arquivologia refletem sobre os conceitos de documentos sensíveis, memória, colaboração, interoperabilidade, arquitetura da informação, difusão arquivística, mediação da informação, estudos de usuários, marketing, organização e representação da informação, entre outros, possibilitando uma visão ampliada da atuação do arquivista. Caracterizado como profissional da informação, destaca-se o diálogo com as diversas áreas, ressaltando a interdisciplinaridade no processo formativo e o desenvolvimento de competências para além do mercado de trabalho.

2 FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO BRASIL

As concepções da Arquivística no Brasil remetem à época do progresso científico e tecnológico pós-segunda guerra mundial (anos 1950), período em que a profissão ganhou notoriedade, especialmente por suas competências na produção, no tratamento, armazenamento e na difusão dos documentos. No atual cenário, com o uso dos computadores e *smartphones*, a tecnologia da informação e comunicação redefiniu o fazer técnico arquivístico apoiado nas bases teóricas, atendendo às necessidades informacionais dos usuários.

A formação seguiu algumas concepções paradigmáticas, tais como “arquivo moderno” proposto por Schellenberg (2006), ao estabelecer o valor primário e secundário dos documentos, fundamental ao processo de seleção e avaliação; “arquivística integrada”, defendida por Rousseau e Couture (1998), centrada nas funções arquivísticas e no princípio da proveniência, partindo de uma descrição do fundo arquivístico do geral para o específico (multinível); e “arquivística pós-custodial”, propagada por Terry Cook (2012) e Malheiro e Ribeiro (2011), que colocam em evidência o valor da informação arquivística para a sociedade. Dessa maneira, a área assumiu uma postura tecnicista, histórica e social, garantindo o desenvolvimento teórico e metodológico para firmar-se como ciência aplicada.

Destaca-se o ciclo de vida dos documentos como um fundamento da Arquivística que, segundo Rousseau e Couture (1998, p.125, grifo nosso), “[...] está no próprio coração da integração das intervenções do arquivista numa **arquivística global**”. Ademais, Lopes (2009) postula o ciclo vital completo e o uso da pesquisa como método de intervenção do arquivista, sendo uma atividade que exige paciência, porque é preciso sensibilizar os gestores para a implantação de uma

política arquivística, especialmente em referência às instituições públicas em âmbito municipal e estadual.

Para Bellotto (2014, p. 206), a Arquivologia “[...] ocupa-se dos arquivos tomados como conjuntos, como acumulações estruturadas de documentos gerados/acumulados por uma entidade no exercício das atividades que justificam a sua existência, tratando de organizá-los, preservá-los e torná-los disponíveis à consulta”. Tal definição serve de entendimento da estruturação do ensino de nível superior. Assim, as primeiras graduações no Brasil, implantadas na década de 1970, representaram os esforços da Associação dos Arquivistas Brasileiros, tendo as bases curriculares influenciadas por teorias da França, Estados Unidos e Canadá, preparando o profissional para o exercício na administração pública (MATOS, 2008).

O ensino arquivístico, do ponto de vista de Bellotto (2014, p. 211), volta-se para os objetos da Arquivologia, sendo eles:

[...] 1. o arquivo (como conjunto de documentos da arquivologia institucional ou, no caso dos arquivos públicos finais, como o conjunto de fundos documentais, abrangendo as várias operações técnicas necessárias à organização dos documentos de primeira, segunda e terceira idade); 2. o documento (matéria-prima do arquivo à qual são relacionadas as disciplinas paleografia, diplomática, tipologia documental, preservação e restauração); 3. a entidade-arquivo (organização, planejamento, administração, serviços à comunidade).

Em razão disso, a formação contempla conteúdos específicos arquivísticos (rotinas e atividades das instituições arquivísticas) e outros relacionados à ciência da Administração e da História, reafirmando a finalidade dos arquivos para a memória da sociedade e justificando uma demanda por mão de obra qualificada, atendendo à gestão documental (*records management*) e os arquivos históricos nas matrizes curriculares (BELLOTTO, 2014).

No contexto atual, são 16 (dezesesseis) cursos de graduação presenciais e 1 (hum) na modalidade da Educação a Distância (EAD), conforme a Resolução n.º 082/2019, de 10 de outubro de 2019, pela UNIASSELVI. Dos cursos presenciais, 13 (treze) são em âmbito federal e 3 (três) estaduais, sendo que seis desses foram criados a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, com estruturas curriculares diversas, de acordo com as suas características regionais/locais. Além da formação superior, destaca-se o curso técnico em arquivo, ofertado pela Escola Técnica Estadual (ETEC), em São Paulo, em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Observa-se a contribuição significativa das instituições arquivísticas públicas e das associações de classes para a formação específica.

Os bacharelados em Arquivologia seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ministério da Educação (MEC), que determinam as competências gerais e específicas. As primeiras

competências buscam identificar as fronteiras do campo; gerar produtos para serviços arquivísticos; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias; responder demandas informacionais produzidas pela sociedade contemporânea, entre outros, enquanto que as segundas visam compreender o estatuto probatório do documento de arquivo; identificar contexto de produção documental; elaborar instrumentos de pesquisa; desenvolver as atividades de arranjo, descrição, avaliação, difusão (BRASIL, 2002).

Assim, as competências estabelecidas no instrumento legal caracterizam-se por uma formação com ênfase na técnica (saber fazer), atendendo ao utilitarismo do mercado de trabalho, dissociando-se da realidade atual, marcada por arquivos virtuais que lidam com sistemas interligados de documentos, a exemplo do caráter dinâmico da produção múltipla e de autoria múltipla, nos quais o arquivista assume uma função complexa, sobretudo na contextualização da informação arquivística (COOK, 2018), a partir das abordagens culturais e sociais.

Valentim (2000) assevera que as diretrizes propostas não enfatizam a formação profissional para lidar com o gerenciamento e uso de redes internas (*intranet*) e externas, e as grades curriculares ainda tratam das questões técnicas de tratamento da informação, enfatizando os serviços de arquivo com uma visão custodial, patrimonialista e tecnicista. A autora é enfática ao afirmar que a perspectiva profissional em arquivos é lidar com o acesso domiciliar a sistemas eletrônicos/digitais próprios e externos, assim como do acesso virtual. Isto posto, as tecnologias da informação e da comunicação afetam as formas das instituições arquivísticas se aproximarem dos seus usuários e, por isso, espera-se que o arquivista adquira um perfil que contemple o ambiente digital e as características de gestor e de mediador, devendo ser exploradas nos currículos.

Com posicionamento similar, Guimarães (2000) salienta que a formação do profissional da informação envolve quatro dimensões: a) profissional - aspectos relativos às especificidades de conteúdo que caracterizam as áreas; b) cidadã - trata do contexto social da informação; c) investigativa - onde a universidade e a postura de reflexão contribuem para gerar conhecimento; e d) comunicativa - que associa a educação e o acesso à informação, incentivando a pesquisa e a produção do saber.

Os aspectos supracitados coadunam com a visão pós-moderna da Arquivologia, defendida por Cook (2012, 2018), em que as instituições arquivísticas e os serviços arquivísticos, vistos como sistemas informacionais, acompanham a dinâmica da sociedade, valorizando a informação no processo de construção do conhecimento, pois “[...] a ‘fiscalidade’ do documento tem pouca

relevância em comparação com seus contextos multirrelacionais de produção e utilização contemporâneos” (COOK, 2018, p. 55), nos quais o arquivista questiona-se sobre a sua prática.

Nesse cenário, observa-se a consolidação da área, que diante (d)os avanços tecnológicos, espera-se uma postura consciente do arquivista em suas atividades cotidianas, desde o processo de produção, tratamento, descrição e difusão dos documentos arquivísticos, concebendo padrões, normas e regras que favoreçam a transparência das instituições públicas e permita a interoperabilidade entre sistemas. A centralidade no valor da informação para o presente e a posteridade, bem como os seus diferentes usos e usuários, reafirmam o conhecimento específico da área e reagem a imposições de outros profissionais. As atitudes e os comportamentos direcionados à democratização da informação fazem com que o arquivista assuma uma postura ativa, aprimorando a sua prática.

Portanto, a formação arquivística necessita contemplar competências e habilidades desenvolvidas no campo educacional (graduação e cursos de especialização, pós-graduações) e nos centros de capacitação, sendo ações essenciais para práticas pedagógicas na graduação frente às novas ferramentas tecnológicas e exigências sociais.

3 ARQUIVOS E REDES DE INFORMAÇÃO

O termo arquivo apresenta várias definições na literatura da área, mas, neste artigo, a acepção adotada refere-se à instituição pública e(ou) privada responsável pela gestão documental até o recolhimento de documentos/informação arquivística e sua disponibilização ao usuário, de forma rápida e precisa. É o lugar que perpetua fatos e acontecimentos da humanidade, possibilitando debates, reflexões e preservação da identidade cultural.

Nesse estudo, trata-se, portanto, do arquivo histórico, considerando a Teoria das Três Idades, e dos documentos arquivísticos de valor secundário, científico, social e cultural, dentro da abordagem pós-custodial, na qual Malheiro e Ribeiro (2011, p. 67) compreendem como uma “[...] consequência da gênese e expansão da ‘Sociedade da Informação’ ou da ‘Sociedade em Rede’ (Manuel Castells)”, explicando o fenômeno infocomunicacional envolvido na materialidade e na interação com os seres.

Desse modo, os arquivos históricos/permanentes refletem os contextos institucionais, ou seja, os vínculos orgânicos das entidades produtoras da informação arquivística, preocupando-se com os seus usos, desde um interesse individual até o coletivo, “[...] para ter em mão provas

jurídicas, trabalhistas, civis, militares etc., necessárias à sustentação de seus direitos” (BELLOTTO, 2014, p. 221), formas de relacionamento do cidadão com o Estado e vice-versa.

Vale ressaltar que os usos informacionais se referem aos valores inerentes aos documentos, categorizados, por Schellenberg (2006), em primários e secundários. Os primeiros configuram-se no cumprimento das atividades administrativas, fiscais, legais e executivas, e os segundos decorrem do caráter de prova e informativo, resultado do processo de avaliação documental, inclusive aplicado aos documentos eletrônicos.

No contexto do documento digital, os atributos probatórios dizem respeito aos princípios arquivísticos de integridade, confiabilidade, completude, para quais Cook (2018) reconhece como aspectos essenciais para a transparência pública e a democracia, em que os líderes prestam contas dos seus atos à população. Entretanto, no ambiente digital, a ausência de uma política de gestão documental coloca em risco a memória, pois as estruturas governamentais e institucionais se aproveitam dessa lacuna para ditar o que preservar e o que esquecer.

Em razão da importância dos arquivos históricos para a sociedade, é relevante que se disponha de instrumentos que possibilitem o acesso e uso das informações arquivísticas significativas para a ciência e o desenvolvimento social. A rede de arquivos históricos, como dispositivo tecnológico, visa interligar serviços de informações arquivísticas voltados para as boas práticas e disponibilização do acervo. Tomaél (2005, p. 3) defende que “as redes de informação reúnem pessoas e organizações para o intercâmbio de informações, ao mesmo tempo em que contribuem para a organização de produtos e a operacionalização de serviços que, sem a participação mútua, não seriam possíveis”, representando esforços coletivos independente da localização geográfica.

Coadunando com a autora, Mariz (2012) afirma que o conceito de rede é fundamental para esclarecer a informação arquivística na internet, pois, dentre as suas funções, destacam-se a difusão de acervos e a transferência da informação, que podem potencializar o caráter público dos arquivos e fortalecer “[...] o caráter ‘público’ da *internet* – se nela ficam disponíveis conteúdos e serviços próprios das instituições públicas arquivísticas [...]” (MARIZ, 2012, p. 89).

As redes apresentam objetivos específicos e estruturas formais (centralizadas ou descentralizadas), e são regidas por políticas e normas, podendo se expandir ou não a depender dos critérios de adesão dos seus membros. Trabalham com padrões, protocolos e sistemas operacionais *open source* (software livre), possibilitando serviços de custos baixos e gratuitos que favorecem a flexibilização dos negócios (TOMAÉL, 2005).

Malheiro e Ribeiro (2011) compreendem que as redes de informação podem ser convertidas em um serviço universal, disponibilizando um volume de acervos no ciberespaço de forma livre e que oportunize a igualdade de acesso a todos os cidadãos. Com pensamento similar, Cook (2018) compreende que os arquivos virtuais propiciam aos arquivistas facilitar o acesso ao público em diferentes regiões geográficas e aos diversos sistemas interligados de gerenciamento de documento, deixando de ser vistos como locais de armazenamento e custódia. Essa tendência vem se consolidando na Europa e Canadá, sobretudo na perspectiva dos museus e bibliotecas, possibilitando que usuários distantes geograficamente das unidades de informação atendam às suas necessidades, a exemplo da Europeia, *Archives Association of Ontario (Archeion)*, Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), dentre outras.

Portanto, é um novo modelo de organização, preservação e difusão da informação arquivística, inseridas na perspectiva de governo aberto, que se relaciona com as políticas de dados abertos, utilizam-se das plataformas *open source* para dispor dessas informações públicas sem restrição técnica e legal (MORO CABERO, 2015). Nessa direção, a ação colaborativa amplia a atuação dos arquivos virtuais, desenvolvendo espaços para a articulação entre o usuário e a instituição, bem como a construção do conhecimento científico e para a visibilidade profissional.

Com posicionamento semelhante, Jardim (2018, p. 34) afirma que “as crescentes demandas sociais pela transparência do Estado, pelo direito à informação e à memória estimularam os arquivos públicos à busca de novas interfaces com a sociedade, com as administrações públicas nas quais se inserem”, argumento que pode justificar a necessidade de implantação das redes de arquivos históricos no Brasil, configurada como uma política pública arquivística. Entretanto, o autor reconhece que “uma política ou sistema/rede arquivísticos não sobrevivem quando tendem ao insulamento ou à ausência de diálogos com outros sistemas/redes de políticas informacionais dentro e fora do Estado” (JARDIM, 2018, p. 36), defendendo que as instituições arquivísticas sejam colaborativas e dialoguem com outras agências, políticas e outros programas no campo da informação estatal e nos diversos setores da sociedade.

Ao evidenciar a presença dos arquivos públicos em rede, Mariz (2012) chama a atenção para as limitadas interações com os usuários, constatando que a transferência da informação arquivística é pouco evidente na questão teórica da Arquivologia. Segundo a autora, a internet implica novos desafios, ao mesmo tempo em que aumenta a atuação das instituições arquivísticas e seus profissionais, propiciando visibilidade institucional e social, além de ampliar os vínculos com os seus usuários.

Assim, as redes de arquivos históricos lidam com a gestão arquivística, fazendo como que o arquivista atue desde os processos técnico-científico das funções arquivísticas até a implementação de programas e políticas arquivísticas. Nesse contexto, a atividade que sobressai para o usuário é a difusão arquivística, que vai além da publicização e divulgação do seu acervo, favorecendo as práticas educativas formais e não formais, aproximando os diferentes públicos dos arquivos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa, este estudo apresenta um breve levantamento bibliográfico sobre o tema, visando determinar conceitos e definições para a fundamentação teórica. Para a pesquisa de campo, realizada entre janeiro a junho de 2019, utilizou-se a pesquisa descritiva, em que os fatos foram observados, analisados e interpretados sem interferência do pesquisador, descrevendo as características de determinado fenômeno (GIL, 2008). Para a análise dos relatórios, regimentos, projetos, sites, agendas, blogs, redes sociais, tomou-se como base a pesquisa documental, coletando informações em um conjunto de documentos, de acordo as prescrições de Laville e Dionne (1999).

O método de investigação foi o estudo de caso no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (Memórias Reveladas), que Yin (2001) define como estratégia de pesquisa aplicada quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Assim, a observação indireta verificou como os arquivistas participam da construção da rede de arquivos históricos selecionada, e se as competências desenvolvidas na formação se mostram suficientes para os procedimentos técnicos arquivísticos. Na coleta de dados, utilizou-se um roteiro semi-estruturado, buscando informações sobre a página principal da rede de arquivo (histórico, objetivo e público-alvo), membros da rede, característica do acervo (gêneros documentais, fundo, grupo, séries, dossiês), publicações, notícias, idiomas, layout (desenho web), links para outras unidades de informação, ferramentas da web 2.0, comunicação com o usuário, entidades parceiras, políticas (acesso e uso do acervo, descrição, preservação) e formatos de interoperabilidade etc.

A estratégia adotada serve para conduzir o estudo qualitativo que, segundo Creswell (2007), faz com que a investigação seja carregada de valores. Assim, a abordagem qualitativa, por apresentar os dados obtidos subjetivamente para interpretar os fenômenos e atribuir significados, contribuiu para perceber que os serviços de arquivos virtuais se mostram um desafio da vida

moderna, sobretudo em saber se a formação profissional atende ao novo perfil de usuário e como os documentos digitais podem possibilitar o acesso à informação arquivística.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Memórias Reveladas configura-se como uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, criada pela Portaria n.º 204, de 13 de maio de 2009 e implantada pelo Arquivo Nacional (Brasil), com o objetivo de reunir e difundir informações sobre a época da ditadura militar no Brasil, visando garantir “o direito à verdade e à memória”. Tal postura coaduna com a afirmativa de Jardim (2018) de que os arquivos públicos objetivam atender as crescentes demandas sociais pelo direito à informação.

A Rede foi idealizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2005, e teve como ação imediata o recolhimento para o Arquivo Nacional de documentos históricos de alguns órgãos extintos, a exemplo do Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Investigação, custodiados na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Em 2009, criou-se o Centro de Referência Memórias Reveladas, responsável pelo recolhimento dos acervos doados pela sociedade brasileira sobre o regime militar e a fim de disponibilizá-los no ambiente digital. Na visão de Stampa (2011), essa iniciativa representou um pioneirismo na área da arquivística brasileira, principalmente por possibilitar a parceria entre pessoas físicas e instituições públicas e privadas em prol da informação sobre a ditadura, sendo considerada “[...] um marco no processo de valorização e democratização do patrimônio documental público no Brasil” (STAMPA, 2011, p. 8).

A internet alterou a dinâmica dos serviços de informação físicos, ora apresentando novas perspectivas, ora novos problemas, realidade que “[...] obriga a repensar o papel e a função dos serviços tradicionais, que se debatem com uma concorrência fortíssima por parte dos serviços *online*”, consoante Malheiro e Ribeiro (2011, p. 132). O acesso à informação remotamente faz surgir novas necessidades informacionais que podem ser atendidas a depender das competências específicas por parte dos profissionais (o arquivista), possibilitando envolver tanto o público-alvo quanto o público potencial. Contudo, algumas limitações enfrentadas pelas instituições arquivísticas no seu aspecto físico perpassam para o ambiente digital, dependendo de recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos.

Assim, a localização de acervos “esquecidos” sobre o período militar representou uma fase desafiadora, especialmente por considerar a existência de massa documental acumulada, em vez

de acervos arquivísticos, lembrando que, para Bellotto (2014), os arquivos são conjuntos documentais produzidos/acumulados por uma entidade no exercício das atividades que justificam a sua existência. A realidade apresentada demonstra os desafios de acesso à informação, como enfatizada por Fico (2008, p. 69):

Lamentavelmente, a demora em estabelecer uma sistemática consciente e perene tem permitido o “saneamento” de determinados fundos, isto é, a depuração de papéis comprometedores antes da abertura dos arquivos: isso aconteceu, claramente, no caso dos fundos do Conselho de Segurança Nacional e do [Serviço Nacional de Informação] SNI.

Tal argumento corrobora com Stampa e Rodrigues (2014, p. 35), ao discorrerem sobre a

[...] questão [do] “desaparecimento” de acervos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), bem como ao fato de que diversos acervos de interesse para a reconstrução da memória histórica, tanto públicos quanto privados, ainda não passaram por tratamento arquivístico adequado, que permita não somente a conservação, mas também a difusão das informações contidas nesses documentos.

Dessa maneira, a ausência de tratamento técnico nos acervos disponibilizados dificultou a identificação dos valores secundário, científico, social e cultural dos documentos, definidos por Schellenberg (2006), e dos vínculos arquivísticos. Tal situação demandou conhecimentos técnicos dos arquivistas, sobressaindo às dimensões profissional e investigativa, preconizadas por Guimarães (2000). A interdisciplinaridade com a História ressignifica o próprio fazer arquivístico que, na concepção de Fico (2008, p. 76),

[...] a intervenção do arquivista e do historiador para a consolidação de um conhecimento histórico refinado sobre o período [militar] demanda um trabalho muito paciente, que forçosamente implica anos de identificação, organização, descrição e pesquisa, num ritmo que não guarda relação com o frenesi das redações de jornais.

Isto porque a documentação sobre a ditadura militar caracteriza-se como sensível (THIESEN, 2019), que se origina de episódios conflituos do século XX, nos quais os “[...] acontecimentos produziram pistas que podem desvelar fatos, nomes, experiências e circunstâncias comprometedoras das personalidades da vida pública e privada” (THIESEN, 2019, p. 15), podendo provocar sentimentos dolorosos nos envolvidos ao rememorarem as ações. Em virtude dessa especificidade, nota-se a dimensão social do arquivista, focada no ouvir e no acolhimento do cidadão, garantido o atendimento das suas necessidades informacionais. Isto significa que a informação é compreendida como elemento transformador, inclusive do ponto de vista profissional, adotando procedimentos que coadunam com a arquivística global, propagada por Rousseau e Couture (1998).

Nessa perspectiva, Stampa e Rodrigues (2014, p. 22) asseveram que “[...] sem memória e sem justiça, reproduzem-se e multiplicam-se práticas, usos e costumes lastreados na impunidade e no esquecimento”, ressaltando a necessidade da transparência para o processo democrático e

implantação de políticas públicas de preservação e difusão de acervos. Segundo os autores, os documentos recolhidos aos arquivos, os registros audiovisuais, as transcrições dos relatos orais são possibilidades diversas para a (re)construção da memória e merecem atenção do poder público.

O mapeamento documental contou com o lançamento de um Edital Público de Chamamento de Acervos, publicado em maio de 2009 (MEMÓRIAS..., 2021), objetivando sensibilizar a sociedade brasileira da doação dos acervos (textuais, bibliográficos, audiovisuais), incluindo os arquivos privados de interesse público e social. Na elaboração do instrumento, houve a preocupação do arquivista em utilizar uma linguagem que se aproxima do conhecimento dos indivíduos (cidadão comum), e esclarecer termos específicos e características do que vem a ser interesse social, circunstância que ressalta a dimensão comunicativa do profissional, com base em Guimarães (2000).

Depois dessa fase, outras atividades foram executadas, como a identificação de fundos, grupos, séries; a descrição do acervo segundo as normas internacionais e nacionais (ISAD(G) e NOBRADE); a disponibilização do documento (padrões para digitalizar e modelos e protocolos para inserção de metadados); e a implantação de uma política de dados abertos. Nesse processo, evidenciaram-se quatro dimensões desenvolvidas na formação: a profissional (com o conhecimento técnico-científico da área), cidadã, investigativa e comunicativa (GUIMARÃES, 2000). Inclusive, para a realização das atividades técnicas e intelectuais, recorreu-se aos recursos do Governo Federal, como a Lei Rouanet n.º 8.313/91, para o tratamento do acervo, a realização de treinamento das equipes e a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, por meio de ações patrocinadas pela Petrobras, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Eletrobras (MEMÓRIAS..., 2021).

A Rede consta de 89 (oitenta e nove) instituições arquivísticas do Brasil e exterior (públicas e privadas), reunindo pessoas e organizações para o intercâmbio de informações que, sem a participação mútua, não seriam possíveis de serem realizadas (TOMAÉL, 2005), pois “os acordos firmados entre a União e os Estados detentores de arquivos viabilizam o cumprimento do requisito constitucional de acesso à informação a serviço da cidadania” (MEMÓRIAS..., 2021).

Nesse sentido, a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi o instrumento que propiciou à Rede Memórias Reveladas critérios legais para abertura dos arquivos da ditadura (STAMPA; RODRIGUES, 2014) e contribuiu para a criação da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, para apurar violações dos direitos humanos ocorridos no período de 1946 a 1988. Em razão disso, a Rede tornou-se objeto de pesquisa, tanto na área da Arquivologia quanto da Ciência da Informação,

História e Comunicação Social, a exemplo dos estudos de Stampa (2011), Stampa e Rodrigues (2014), Thiesen (2019), Ferreira e Rangel (2019) e Fico (2008), que trazem reflexões e esclarecimentos acerca do direito à memória da ditadura militar, dos direitos humanos, da classificação de acervos arquivísticos (ostensivo e sigiloso), dentre outros.

Memórias Reveladas é estruturada, formalmente, por meio de documentos normativos, possuindo uma administração centralizada, que elabora as políticas de adesão de membros e de acesso e uso da informação arquivística. A centralização representa uma forma de angariar recursos federais, contratar mão de obra qualificada, armazenar informações e reduzir os ruídos na comunicação, características que garantem a autonomia ao Arquivo Nacional para gerir as políticas de informação da Rede.

A observação empírica iniciou-se na página principal da web (site) (Figura1), espaço onde está disponibilizado o histórico da Rede, os objetivos, a estrutura organizacional, a legislação e o banco de dados (em software livre), que permite a pesquisa multinível (hierarquia da descrição dos fundos e coleções), livre e avançada (campos específicos combinados).

Figura 1 – Printscreens da Página Memórias Reveladas

Fonte: Memórias Reveladas (2021).

Ao observar a página principal, os itens elencados (histórico, estrutura, membros) mostram-se essenciais, referindo-se ao “que”, “para que” e “como” da proposta de implantação das redes, inseridas na perspectiva de governo aberto, apontada por Moro Cabero (2015) e

favorecendo a flexibilização dos negócios, defendida por Tomaél (2005). Além do site, as ações e atividades da Rede também são divulgadas no *Facebook* e no *YouTube*, ressaltando a importância das redes sociais para o resgate histórico das lutas políticas ocorridas entre 1960-1980 no Brasil.

A atuação ativa dos arquivistas nas Memórias Reveladas demonstra o domínio dos conteúdos da Arquivologia e as discussões para solucionar problemas da prática profissional. Dentre as competências, ressaltam-se as questões técnicas, especificamente do arquivo permanente, como arranjo, descrição, avaliação, difusão, conforme recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002); os aspectos que envolvem o acesso à informação sobre o período da ditadura militar; a criação de prêmios de trabalhos de conclusão de curso e o estímulo a publicações dos acervos consultados; e o incentivo à pesquisa e doação de acervos, exemplos que demonstram claramente o saber-fazer profissional nas redes de informação.

Além das funções citadas, observou-se na página principal da Rede a montagem de exposições virtuais (Figura 2), na qual se utilizam da descrição de um dossiê ou fundo, intercalados com os documentos digitalizados, com o intuito de construir narrativas que favoreçam a compreensão do período estudado.

Figura 2 – *Printscreen* das exposições virtuais



Fonte: Memórias Reveladas (2021).

Esse recurso favorece a aproximação do público escolar (nível médio e superior) dos arquivos virtuais, acentuando a parceria com os professores, até mesmo para a elaboração de material didático. A estratégia pode ser também explorada nos cursos de graduação em Arquivologia, relacionando a teoria e a prática e suas dificuldades, seja para estudos e usos de

usuários quanto para educação patrimonial, mediação da informação e preservação digital, dentre outras abordagens.

Em razão disso, Memórias Reveladas apresenta-se como um espaço multirreferencial, a partir da concepção de Burnham (2000) sobre a Sociedade da Aprendizagem, evidenciando uma ruptura das formas tradicionais de educação. A utilização de metodologias adequadas estimula a produção de conhecimento, especialmente sobre direitos humanos, exemplificadas com os depoimentos sonoros e audiovisuais por meio de programa de história oral (MEMÓRIAS..., 2021), que contextualizam um período de lutas políticas, censura, prisões e mortes que marcaram o país nas décadas de 1960 a 1980.

Além disso, a Rede estudada permite a compreensão da institucionalização da produção documentária, trazendo reflexões sobre a finalidade dos arquivos e o processo de democratização. Entretanto, como forma de garantir a continuidade das atividades do Centro de Referência, Stampa e Rodrigues (2014) enfatizam a necessidade da consolidação da política nacional de arquivos, principalmente ser reconhecida enquanto ação de Estado.

Dessa forma, aspectos técnicos e humanistas estão presentes no arquivista que atuam na implantação das redes de arquivos históricos, inseridos no paradigma pós-custodial defendido por Cook (2012, 2018) e Malheiro e Ribeiro (2011). Por colaboração, as redes arquivísticas dialogam com outros sistemas/redes de políticas informacionais dentro e fora do Estado, aspecto defendido por Jardim (2018), alcançando parcerias internacionais que viabilizam e dinamizam os recursos materiais, humanos e financeiros. Além disso, são ofertados cursos para qualificar os técnicos e difundir as boas práticas nos campos da Arquivologia, ação que contribui para a capacitação dos profissionais rumo ao futuro e à democratização da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes de arquivos históricos na internet podem servir como campo de aplicação das práticas pedagógicas, aproximando o egresso do curso de Arquivologia com as necessidades do mercado de trabalho. A concretude dessa ação demanda uma reformulação nas competências das Diretrizes Curriculares Nacionais da área, o que implicará na reestruturação das grades curriculares brasileiras, com vistas a contemplar conteúdos e práticas direcionadas aos avanços tecnológicos, como a criação de aplicativos para *smartphones* que envolvam os arquivos e serviços arquivísticos.

Dentre as competências requeridas para a formação dos arquivistas no Brasil, especialmente para a atuação em redes de arquivos históricos na internet, destacam-se o trabalho

em equipe, a capacidade de comunicação, o desenvolvimento e a execução do processamento de documentos analógicos e digitais, o planejamento de cooperações e consórcios. O domínio da área de tecnologia não é requisito imprescindível para esse profissional, mas é necessário saber fundamentos teóricos da sua atuação laboral e dialogar com as demais áreas.

Memórias Reveladas utiliza softwares livres, baseados em padrões para a descrição, em um contexto multilíngüe e ambiente multiarquivos, que permitem a cooperação e/ou colaboração entre as instituições arquivísticas em um espaço desterritorializado. A disponibilização on-line das fontes primárias (documentos “ditos proibidos”) da ditadura militar do Brasil constitui uma garantia de acesso à informação ao público, podendo servir para uma pesquisa escolar, científica ou para atender a uma curiosidade de um cidadão comum, representando uma conquista na área da Arquivologia. No entanto, como desvantagem da Rede, destaca-se o contato limitado com o usuário por meio do e-mail e a linguagem técnica para busca e recuperação da informação, precisando investir na dimensão comunicativa.

Por isso, ao arquivista do contexto atual é requerido estar preparado para auxiliar as necessidades informacionais dos seus usuários (administradores, pesquisadores e cidadão), em tempo real, seguindo as características da disponibilidade de informação em acesso aberto, sobretudo os provenientes do setor público ou instituições privadas de interesse social, como as associações de classe, os arquivos de personalidades e/ou autoridades artísticas, políticas e religiosas.

Ante o exposto, considera-se que as redes de arquivos históricos surgem como novas formas de aquisição do conhecimento, promovendo o acesso livre e a democratização da informação. Ainda que a atuação do arquivista não seja explícita, este profissional é o sujeito chave que permitirá que a Lei de Acesso à Informação seja cumprida, sem limites ou restrições. Por meio de suas práticas, ele também é responsável pela disponibilização de informação - a etapa que antecede o acesso, enfraquecendo o componente opacidade e contribuindo com a transparência da informação e o governo aberto.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES, n. 20, de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Arquivologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 abr. 2020.

BURNHAM, T. F. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: LUBISCO, N.; BRANDÃO, L. (Org.). **Informação e Informática**. Salvador: Edufba, 2000. p. 283-307.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas reformulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: [10.18377/2316-7300/informacaoarquivistica.v1n1p%3A123-148](https://doi.org/10.18377/2316-7300/informacaoarquivistica.v1n1p%3A123-148) Acesso em: 10 maio 2019.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Tradução Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 17-81.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, R. M.; RANGEL, T. R. (Orgs.). **Memórias da ditadura**: a Arquivologia e o direito ao acesso [E-book]. São Paulo: ARQ-SP, 2019. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/E-BOOK-SIMP%3A93SIO-MEM%3A93RIAS-DA-DITADURA.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

FICO, C. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44086>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, J. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. (Org.) **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

JARDIM, J. Governança arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, L. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MALHEIRO, A.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

MARIZ, A. C. A. **A informação na internet**: arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MATOS, M. T. Panorama histórico da formação arquivística nas Américas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: Associação dos

Arquivistas Brasileiros, Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: www.aag.org.br/anaisxvcbba.pdf . Acesso em: 03 jun. 2019.

MEMÓRIAS REVELADAS. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil. (2021). Disponível em: <http://memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

MEMÓRIAS em rede. Nesta seção são divulgadas as informações pertinentes aos programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Memórias Reveladas. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/memorias-em-rede>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MORO CABERO, M. Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación. In: MATOS, M. *et al.* (Org.) **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: Edufba, 2015. p. 17-40.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

STAMPA, I. Memórias Reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. **ComCiência** – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, São Paulo, v. 127, p. 1-8, abr. 2011. Disponível em: <https://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=65&id=825>. Acesso em: 15 mar. 2022.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 33, v. 12, p. 21- 44, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.13023>. Acesso em: 15 mar. 2022.

THIESEN, I. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, número especial, p. 06-22, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3890>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TOMAÉL, M. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 10, n.1/2, p. 1-26, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1611>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VALENTIM, M. (2000). Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M. (Org.) **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 135-152.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NOTAS DE AUTORIA

Maira Salles de Souza

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFBA. Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (2010) e em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador (2004). Intercâmbio no Curso de Licenciatura em Ciência da Informação (2009), Universidade do Porto (Portugal). Professora Assistente do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA), nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Membro do Grupo de Pesquisa Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade - DIFUSAS (ICI/UFBA) e do Grupo de Pesquisa Competências profissionais e produção do conhecimento na contemporaneidade - COMPORTI (ICI/UFBA). Tem interesse na área de Arquivologia e Ciência da Informação.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8717500482425357>

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Professora Associado IV da Universidade Federal da Bahia, Docente do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/ICI/UFBA (Mestrado e Doutorado), dos Curso de Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia) e de Especialização. Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007); Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2001); Graduação em Direito pela Faculdade Social da Bahia (2014) e Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (1992). Vice-presidente do Conselho Federal da Biblioteconomia (CEB); Ex Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFBA. Editora Chefe da Revista Ponto de Acesso. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: biblioteca escolar, memória, ABNT, bibliotecas comunitárias, leitura, currículo, competência informacional, metodologia da pesquisa, formação docente e arquivo escolar.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8047892088151487>

Sérgio Franklin Ribeiro da Silva

Sérgio Franklin é professor Associado 1 da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua como docente nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Desenvolve a pesquisa: peer review e as perspectivas paradigmáticas (nos procedimentos da comunicação científica) diante das tecnologias eletrônicas, da credibilidade e da transparência; avaliação e qualidade em serviços de informação com proposta de indicadores de gestão. Participa da comissão editorial do periódico acadêmico PontodeAcesso como editor chefe e contribui como parecerista regular de periódicos acadêmicos. O professor é Doutor em Ciência da Informação pelo PPGI/UFBA, 2016. Possui graduação em Letras com Inglês pela Universidade Católica do Salvador (1988), mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília-UnB (1999) e especialização em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (1989)- UFBA.especialização em Língua Inglesa pela Associação Cultural Brasil-Estados -Unidos-ACBEU, (1979)

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7616062383606976>